

# Câmaras propõem debater projeto único para regramento de mototáxi

## Presidentes de Câmara dizem que Consórcio deve assumir debate sobre regulamentação de mototáxi no Grande ABC

Presidentes das Câmaras do Grande ABC defendem que o debate sobre eventual proibição ao serviço de mototáxi na região passe pelo Consórcio Intermunicipal. Não há regulamentação sobre o tema nas cidades. "Este é um modelo claro de algo que abrange as sete cidades, ao ultrapassar as fronteiras", afirma Danilo Lima (Podemos), de São Bernardo. Em São Caetano, Carlos Humberto Seraphim (PL) recomenda análise criteriosa de dados. Rodrigo Capel (PSD), chefe do Legislativo de Diadema, explicou ser a favor de "uma discussão que não traça custos ou onere o trabalhador". Juninho Gentílio (PT), de Mauá, quer "soluções conjuntas entre os sete municípios". **Política 3**

# Câmaras propõem debater projeto único para regramento de mototáxi

Discussões devem ocorrer no âmbito do Consórcio para adoção de plano comum para as sete cidades; estudos sobre acidentes vão balizar decisão

WILSON GUARDIA  
wilsonguardia@diabc.com.br

A regulamentação do serviço de mototáxi no Grande ABC por meio de aplicativos está no radar do Poder Legislativo das sete cidades. No entanto, até que normas sejam criadas em cada cidade, o caminho proposto pelos presidentes de Câmara seria amplo debate no âmbito do Consórcio Intermunicipal. Proposta semelhante já havia sido defendida pelos prefeitos.

"Este é um modelo claro de algo que abrange as sete cidades, ao ultrapassar as fronteiras. Por isso é importante ter uma regulamentação em conjunto", declarou ao Diário Danilo Lima (Podemos), presidente da Câmara de São Bernardo, defendendo que o debate seja feito no âmbito do Consórcio Intermunicipal.

O chefe do Legislativo de São Caetano, Carlos Humberto Seraphim (PL), também defende o debate de forma regulamentada. Para ele, porém, é preciso que, antes de se votar qualquer alteração nas regras, são recomendados parâmetros e análise criteriosa de dados para não causar danos aos profissionais e passageiros. "Precisamos levantar quantos acidentes com motos têm em São Caetano. Nosso trânsito é tranquilo, mas é preciso analisá-

sar. Mesmo assim vamos levantar em conjunto com outras cidades."  
"Devemos debater um projeto único, afinal não adianta uma lei local quando temos o deslocamento em cidades circunvizinhas", ponderou Carlos Ferreira (MDB), presidente da Câmara de Santo André.

Rodrigo Capel (PSD), chefe do Legislativo de Diadema, explicou ser a favor de ter uma discussão desde que não traga custos ou onere o trabalhador". Segundo o parlamentar, "se for para criar algo que cobre algum tipo de tributo ou imposto, sou contra".

Juninho Gentílio (PT), presidente da Câmara de Mauá, que defende a abertura de uma cadeira para os vereadores no Consórcio, diz ser preciso uma "discussão regional e com análises criteriosas de dados estatísticos e soluções conjuntas entre os sete municípios".

O presidente da Câmara de Rio Grande da Serra, Cláudio Benito (PSD) "concorda" que a regulamentação do serviço de mototáxi deve ser discutido de forma macro com os colegas das demais Câmaras. "É uma pauta que diz respeito à região e ao trânsito interligado."

A regulamentação do mototáxi voltou a ganhar holofotes após a Prefeitura da Capital travar batalha com as empre-



REGRÁS. Serviço de transporte por motociclistas deve ter regramento discutido pelas sete cidades

ças Uber e 99 proibindo a operação da modalidade em território paulistano. A pacificação ocorreu após decisão da 7ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo que considerou válido o decreto do prefeito Ricardo Nunes (MDB) que impede o serviço na cidade.

No Grande ABC, apenas São Bernardo possui legislação específica sobre o assunto. A cidade proibiu o serviço, mas, diferentemente do que ocorreu na Capital, as empresas conseguiram liminar na Justiça para transportar passa-

geiros em motocicletas. O posicionamento dos presidentes de Legislativo do Grande ABC sobre o serviço de mototáxi coincide com o dos prefeitos da região, conforme mostrou o Diário em sua edição de ontem.

Ao menos duas das sete cidades do Grande ABC, Santo André e Ribeirão Pires, sinalizam a intenção de regulamentar o serviço via Executivo, mas apenas depois que o tema passe por debate no Consórcio. O Paço ribeirão-pirenses chegou a dizer que o assunto já começou a ser tra-

tado internamente. Além das discussões públicas, audiências públicas com usuários, condutores e representantes da categoria podem ser realizadas para balizar formação de opinião quanto à regulamentação do tema.

Na Capital, apesar de a cidade ter proibido o serviço, a Câmara convocou para a sexta-feira audiência com a categoria e representantes das empresas para discutir o assunto.

### SÃO BERNARDO

São Bernardo proibiu a operação de mototáxi na cidade

em 2023. Uber e 99 recorreram à Justiça contra a decisão do então prefeito Orlando Miranda. As plataformas alegaram que o serviço é regulamentado pela Lei Federal 13.640, de 2018, que determina as diretrizes do transporte remunerado privado individual de passageiros na Política Nacional de Mobilidade Urbana, argumento que foi acatado pela juíza Fernanda Cristina da Silva Ferraz Lima Cabral.

### ACIDENTES

Reportagem publicada pelo Diário na quinta-feira (30) mostrou que desde 2021, quando o serviço de mototáxi passou a operar no Grande ABC, os números de óbitos e acidentes de trânsito envolvendo motociclistas cresceram 15% e 10%, respectivamente. Luiz Carlos Néspoli, superintendente da Associação Nacional de Transportes Públicos, defendeu proibir a atividade.

Segundo dados do Infostiga, sistema de monitoramento do governo estadual gerenciado pelo Detran-SP (Departamento de Trânsito de São Paulo), as sete cidades contabilizaram 3.726 acidentes em 2021, ante 4.287 ocorrências no ano passado. O número de mortes envolvendo motociclistas e passageiros, passou de 92 em 2021 para 102 em 2024.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** Capa + página 3